

Brasil já paga juros aos bancos

por Celso Pinto
de Washington

O Brasil tentará, até o final desta semana, reduzir ao mínimo os atrasos no pagamento de juros aos bancos norte-americanos que teriam de ser contabilizados como prejuízos no balanços trimestrais. O total chegaria a US\$ 300 milhões, mas, segundo o ministro da Fazenda, Ernane Galvésas, apenas nestes dois últimos dias o Brasil utilizou cerca de US\$ 120 milhões de recursos disponíveis para pagar aos bancos.

Este esforço é consequência direta das últimas negociações com o comitê assessor dos bancos internacionais. Galvésas admitiu que "esta foi uma parte importante de nossas negociações com os bancos em Nova York", no final da semana passada. Ele negou, no entanto, que os bancos tivessem condicionado o compromisso de sua participação no "pacote" brasileiro, com US\$ 6,5 bilhões, selado na segunda-feira em Wa-

shington, a um esforço brasileiro em reduzir os atrasos de juros.

O cálculo de US\$ 300 milhões, explicou o ministro, refere-se ao total dos juros em atraso por prazos superiores a noventa dias junto aos bancos norte-americanos. Na semana passada, uma mudança na legislação bancária permitiu que também os bancos sediados em Nova York pudessem contabilizar como prejuízo atrasos superiores a noventa dias, como os bancos nacionais, e não sessenta dias, como na regra anterior. Seja como for, mesmo sem contabilizarem prejuízos, os bancos teriam de explicitar o volume de recursos em atraso em seus balanços, com arranhões em sua imagem perante os acionistas.

As declarações de Galvésas, feitas em entrevista à imprensa internacional, no final da tarde, coincidem com uma conversa, na hora do almoço, do presidente do Banco Central brasileiro, Affonso Celso Pastore, com jornalistas brasilei-

ros, no coquetel oferecido pela Embaixada brasileira à delegação presente à reunião anual do FMI e do Banco Mundial. O problema dos juros em atraso "está resolvido", disse Pastore.

No mesmo coquetel, o presidente do Federal Reserve Board (o banco central norte-americano), Paul Volcker, dizia, com tranquilidade, que ainda falta muito tempo para o final de setembro, quando perguntado sobre o acerto para o atraso dos juros.

Tudo indica que este esforço brasileiro ajudou a empurrar os bancos a finalmente fixar o valor de sua participação no "pacote" brasileiro, embora num nível muito inferior aos US\$ 9,2 bilhões pedidos pelo Brasil. A participação, no entanto, não é automática e, certamente, haverá disputas entre as instituições.

Galvésas disse a este jornal que o critério para estabelecer quanto cada banco terá de colocar no "pacote", embora ainda não definido, pode ser o de sua participação nos créditos ao Brasil em junho de 1982. Nem todos os bancos, de toda forma, aceitarão participar nesta proporção, e é provável que bancos menores tentem obter maior participação dos bancos grandes. Sabe-se, pelo que apurou este jornal, que algumas das maiores instituições norte-americanas estão colocadas, hoje, numa posição bastante cautelosa em relação ao Brasil.

O maior de todos os problemas, no entanto, é a incerteza que o FMI, o governo norte-americano e os bancos internacionais compartilham sobre o futuro do Decreto-lei nº 2.045, que altera a política salarial. Ele é essencial para todo o "pacote", mas ainda está indefinido.

(Continua na página 13)

Mais de US\$ 100 milhões em remessas do setor privado ao exterior foram liberados nos últimos dois dias, com recursos que estão depositados no Banco Central pela centralização do câmbio. Com isso, o total de pagamentos ao exterior em atraso caiu para pouco mais de US\$ 2 bilhões. Segundo fonte categorizada, o BC espera tornar freqüentes as liberações nas próximas semanas.

(Ver página 14)

Brasil já paga juros...

por Celso Pinto
de Washington

(Continuação da 1º página)

O secretário do Tesouro norte-americano, Donald Regan, em entrevista à imprensa, voltou a deixar cristalina a vinculação entre a aprovação do 2.045 e o sucesso do pacote brasileiro. Ele disse que os recursos dos bancos e do FMI estarão disponíveis "tão logo entre em vigor" o programa do FMI que "está no momento tramitando no Congresso brasileiro". Acrescentou que espera que isto aconteça "no final de outubro ou início de novembro".

Volcker falou algo parecido em conversa com alguns jornalistas durante o coquetel. "Cada um tem de fazer sua parte", disse ele respondendo a uma questão a este respeito. "Se todos fizerem toda sua parte, dará certo." Em sua opinião, o novo programa brasileiro com o FMI é realista. "Desta vez tivemos de refazer todos os cálculos e o fizemos mais cuidadosamente", comentou.

O próprio ministro Galvães enfatizou que "a solução dos problemas depende de nossos esforços", ainda que argumente que, pela dimensão alcançada pela crise, é indispensável, ao mesmo tempo, uma maior cooperação internacional. Ele insistiu muito, na entrevista, em que o problema principal do Brasil hoje é a inflação que seria responsável pela redução dos investimentos e, portanto, dos empregos. Daí, disse

ele, a importância da implementação do programa do FMI. Reclamou que um sistema como o brasileiro, indexado inclusive pela política salarial, funciona com permanente realimentação, e é preciso romper este processo.

Outro ponto do programa brasileiro para este e o próximo ano que suscita dúvidas é a participação, com US\$ 2,5 bilhões, dos governos centrais, através de créditos comerciais. O secretário do Tesouro disse que a participação do Eximbank norte-americano seria de US\$ 1,25 bilhão e que esperava um montante igual de outros países desenvolvidos.

Na verdade, este total se somaria ao fluxo que normalmente seria colocado pelo Eximbank no Brasil para totalizar o US\$ 1,5 bilhão que foi até mencionado como sendo a participação norte-americana. Neste caso, no entanto, faltaria US\$ 1,25 bilhão dos outros países e não US\$ 1 bilhão, como se tem mencionado, o que aumenta o esforço a ser feito. Galvães disse que falta, pelo que sabe, US\$ 1 bilhão, mas não soube explicar a origem da discrepância entre seus dados e os de Donald Regan.

Dos créditos de governos, é certa a participação canadense, com algo entre US\$ 120 e 150 milhões, e espera-se a da Alemanha, do Japão e da França. Sabe-se, com segurança, que a Grã-Bretanha não entrará no pacote.

Galvães citou um argu-

mento poderoso em favor de seu otimismo para reunir este pacote: os governos que não entrarem necessariamente verão diminuída a venda de seus produtos ao Brasil. A ideia, em princípio, é que cada país participe proporcionalmente a seu comércio atual com o Brasil, mas isto exigiria uma maciça adesão que não está à vista.

A verdade é que o pacote brasileiro foi apenas esboçado, mas está longe de estar assegurado. Sua simples definição é entendida como uma vitória. Foi desta maneira que o entendeu o subsecretário do Tesouro norte-americano, Richard "Tim" McNamar. Ele recebeu o prêmio Visconde de Caiu por contribuição às relações Brasil/Estados Unidos, ao lado do empresário Mário Garnero, durante a recepção da Embaixada brasileira. "O pacote de US\$ 11 bilhões foi um voto de confiança no povo brasileiro", definiu McNamar.

Outro voto de confiança, mais prático, foi a assinatura, ontem, logo depois da cerimônia na Embaixada, de um empréstimo de US\$ 140 milhões para compra de carvão norte-americano pela Siderbrás. Ele foi agenciado pelo Crocker National Bank com garantias do Eximbank norte-americano. Envolve, segundo o presidente da Siderbrás, Henrique Brandão Cavalcante, 2 milhões de toneladas de carvão, tem prazo de 180 dias e é renovável.